

HISTÓRIAS DE VIDAS DE PROFESSORAS, EM PELOTAS, RS (1940 – 1950)

CAMILLA MENEGUEL ARENHART¹; LORENA ALMEIDA GILL².

¹Universidade Federal de Pelotas – cmarenhart@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – lorenaalmeidagill@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste na apresentação do projeto de pesquisa, ainda em fase de construção, desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em História, no Mestrado da UFPel.

O objetivo principal do estudo é construir narrativas históricas, que permitam verificar quais eram as variantes de possibilidades de subverter a normatividade de gênero, na vida das mulheres professoras, em Pelotas, nas décadas de 1940 e 1950.

A normatividade do gênero feminino ocorre pela presença de alguns aspectos nos discursos da época em questão: a defesa do casamento como único ou considerado o melhor destino possível; a exigência da maternidade; o trabalho doméstico; os cuidados com os outros; a heterossexualidade; a submissão a um poder vinculado a um homem.

Compreende-se a normatividade de gênero como um conjunto de regras de condicionamento social construídas sobre o sexo biológico feminino e masculino. Neste trabalho adota-se a formulação de gênero de Joan Scott (1995), como categoria de análise histórica, compreendendo-o como um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e, ao mesmo tempo, como o primeiro lugar de relação simbólica de poder.

A questão da socialização e da educação para o tornar-se mulher apareceu de maneira importante em indagações, levando a considerar a relevância de delimitar o objeto de pesquisa, a partir da profissão de professora. Nessa perspectiva, chega-se nas décadas de 1940 e 1950, quando o magistério estava ainda mais relacionado a um processo de feminização, por ser uma das profissões mais indicadas às mulheres. Nesse período, nossas depoentes estariam iniciando suas carreiras como professoras e poderíamos encontrá-las e construir, com elas, narrativas vinculadas às suas trajetórias de vida.

Comprendemos este estudo pertencente à área da história cultural, abrangendo o conjunto das práticas e das representações culturais. Conforme Chartier (1990), a história cultural busca “*identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler*”. Segundo o autor, a construção da realidade não é neutra, mas forjada por grupos, principalmente aqueles que detém o poder. Os grupos que atuam na conformação da realidade agem, conforme os seus interesses, produzindo discursos carregados de representações que servem de base de estímulo para as práticas sociais daqueles a quem se quer atingir.

Bourdieu (2012) explica que há um trabalho de instituições interligadas como família, escola e igreja, entre outras, de produção da divisão sexual na sociedade. Trata-se de uma perspectiva de construção simbólica, que coloca as diferenças corporais do homem e da mulher como uma justificativa para a divisão social, baseada no sexo. Essa justificativa adquire aparência natural e torna-se inquestionável, se fazendo presente nas rotinas de trabalho, nos rituais, nas classificações e divisões dos lugares, nos objetos, nos corpos e nos cérebros

gerando esquemas de percepção. Os dominados (as mulheres), quando percebem e pensam a realidade social em conformidade com as estruturas de dominação impostas, reconhecem-nas como legítimas e se mantêm submissas. Dessa forma, elas contribuem para a reprodução do sistema de dominação que adquire, por sua vez, um aspecto de a-historicidade e eternidade. No entanto, Bourdieu (2012) reconhece a possibilidade de se construir resistência ao sistema dominador pela tomada de consciência e pela elaboração de outras interpretações dos símbolos.

Da mesma forma, Chartier (1990) percebe as diferentes percepções e apropriações das representações da cultura dominante. Por outro lado, Bourdieu (1989, p. 15) afirma que o poder simbólico pode ser destruído quando o dominado toma consciência do arbitrário e aniquila a crença ortodoxa, ou seja, “o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia e lhe neutraliza o poder de desmobilização”. A representação da cultura dominante deixa de ser vista como a única existente. Nesse momento, o dominado percebe alternativas e torna possível a mobilização para a subversão.

Os sujeitos históricos costumam ser condicionados, em suas visões de mundo e decisões, pelos discursos dominantes dos sistemas simbólicos, contribuindo para a longa permanência da dominação masculina sobre as mulheres, como se verifica, em algumas situações, até o dia de hoje. Contudo, isso não retira a existência das subjetividades dos sujeitos e a possibilidade de lerem, pensarem e construírem realidades diversas daquelas prescritas, potencialmente transformadoras.

2. METODOLOGIA

Através da metodologia da história oral, se pretende realizar entrevistas com mulheres, que atuaram como professoras visando construir suas histórias de vida. Os critérios para formar a rede foi definido como mulheres que iniciaram sua atuação como professoras em Pelotas, nas décadas de 1940 e de 1950.

Pensamos que a metodologia mais adequada para observar as subjetividades seja a história oral, a partir da modalidade de vida, que tem como eixo a biografia do entrevistado, suas vivências e experiências (ALBERTI, 2005). Através da construção de narrativas pretende-se perceber a experiência de tornar-se mulher, de cumprir com determinados papéis vinculados a elas culturalmente, como educar filhos e netos, por exemplo.

A partir de Portelli (1997), concebe-se a história oral como prática inquestionavelmente antagonista e contestadora, porque valoriza a diferença e a história daqueles que não costumam constar em fontes oficiais, como as mulheres. Através dos relatos, se obtém versões do passado, pois cada entrevista é diversa e importante porque traz a experiência e o impacto de cada trajetória. As pessoas podem trazer lembranças semelhantes, contraditórias ou que se completam e, justamente aí, que está a riqueza da metodologia, pois dá condições do historiador conhecer as diversas subjetividades, ainda mais quando o objetivo não é construir histórias padrão, mas verificar as variações, a construção de resistências, as experiências diversas, as identidades únicas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizada uma entrevista, da qual se faz aqui ainda uma análise inicial. A entrevista foi com Leonor Berg Fuhro, nascida em 1936, na cidade de Santana do

Livramento. Ela mudou-se para Pelotas com a mãe e mais cinco irmãs após o falecimento do pai, quando ainda era criança. Vieram para ficar próximas de familiares que residiam na cidade. Desde então, sempre morou em Pelotas onde teve uma vida de estudos e atividades profissionais bastante ativa e da qual falou com entusiasmo.

Quando questionada sobre o motivo de ter escolhido o magistério, relatou que 98% das moças, que conhecia, iam para o magistério. Todas as meninas de seu grupo de amizades foram para essa profissão, além de algumas irmãs.

Leonor concluiu o curso Normal, na Escola Assis Brasil e, em 1956, foi nomeada professora primária do município de Pelotas. Trabalhou em diversas escolas municipais e, alguns anos depois, assumiu uma vaga no magistério estadual, passando a atuar nas duas redes de ensino. Na década de 1970, trabalhou na Delegacia de Educação, onde atuou até a aposentadoria.

Após um primeiro período de trabalho escolar, voltou a estudar, com o objetivo de obter progressão na carreira do magistério, vindo a graduar-se em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pelotas. E, quando estava prestes a se aposentar, começou a fazer a Faculdade de Direito. Depois de formada, montou um escritório próprio e trabalhou na área.

Foi bastante destacada em sua fala a satisfação com a profissão de docente das séries iniciais. Ela considerou o relacionamento com as colegas de trabalho (todas mulheres, em cargos de professora e nas demais funções da escola) e a convivência com os alunos, meninos e meninas, como muito bons. Destacou que os alunos eram muito respeitadores e que as aulas eram vibrantes e participativas.

Afirmou que levava muito trabalho para casa, mas não reclamou a respeito de tal situação. Contou que carregava diariamente mais de trinta cadernos, para corrigir os textos dos alunos. Colegas davam ideia de deixar de trabalhar tanto, mas ela jamais o fez. Demonstrou fazer com prazer e porque sabia que era o correto e o melhor para os alunos, que precisavam aprender a escrever corretamente.

Como exemplo de como se sente realizada com sua história profissional contou que tem gratas recordações com o fato de ter recebido muitos convites para formaturas de cursos superiores de pessoas que tinham sido seus alunos há 20 anos ou mais.

Leonor sempre morou com a mãe e uma irmã, que também foi professora. Disse que não casou, porque nunca se apaixonou verdadeiramente e que teve apenas alguns namoros sem grande importância.

Apesar de ter sido feliz em sua profissão, hoje não começaria pelo magistério porque fica desencantada pela falta de respeito dos alunos com os professores.

A história de vida de Leonor, através do relato da escolha do magistério, demonstra como era forte a construção simbólica dessa profissão como prática feminina. Nesse aspecto, sua prática apresenta um elo importante com a representação dominante do papel da mulher na sociedade. Porém, apresentou pontos interessantes, que divergem da imagem feminina “esperada”, ou seja, ela optou por não se casar em um período em que a constituição familiar era o mais esperado para a “moça decente”. A dedicação intensa aos estudos e à profissão, demonstrou ter dado um sentido muito importante à sua vida, diferentemente da norma prevista, do destino “casamento, maternidade e lar”. É necessário que se façam outros encontros para aprofundar os assuntos, obter mais informações e qualificar a análise, o que será feito tão logo possível, em consequência da crise sanitária que se está passando.

4. CONCLUSÕES

As condições do momento tornam bastante difícil a pesquisa com a metodologia da história oral, devido ao fato desta prática não poder ser realizada presencialmente, em razão da pandemia de Covid-19. E, sendo as depoentes, todas idosas, com mais de 80 anos de idade, é ainda mais difícil acessar tecnologias, já que, algumas delas, não tem prática no mundo digital. Porém, havendo a ajuda de familiares, a realização das entrevistas, pelos canais virtuais, é a alternativa mais viável e importante para dar continuidade à pesquisa, pelo menos até o momento em que se possa ter segurança para encontros presenciais.

Espera-se que o resultado do trabalho possa apresentar reflexões, que contribuam para novos conhecimentos sobre o pensar e o agir humano, de modo que se possa desconstruir condicionamentos normativos, que causam sofrimento e violência, especialmente às mulheres.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- ARRIADA, Carlos; SANTOS, Rita. “Pura, dura e segura”: a vida das pensionistas do Colégio São José de Pelotas. *Tempos e Espaços em Educação*, v. 5, p. 63-77 jul./dez. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- D'ÁVILA, Manuela. Por que lutamos? Um livro sobre amor e liberdade. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- LEON, Adriana. A profissão docente na cidade de Pelotas: Associação Sul Rio-grandense de Professores e Associação Católica de Professores (décadas de 1930 e 1940). Pelotas, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, 2008.
- LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- NÓVOA, António (Org). Vidas de Professores. Portugal, Porto Editora, 1991.
- PINSKY, Carla B. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006, p. 607-639.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História, São Paulo, (15), abril, 1997. P. 13 - 49.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. *Educação e Realidade*, julho/dezembro de 1995, p. 71-99.
<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso em 29 de setembro de 2020.
- SOIHET, Rachel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v.5, n.1, p.7-29, 1997.
- VENZKE, Lourdes H. Formação docente em Pelotas/RS (décadas de 1940 a 1960): uma questão de gênero. *Textura*, n.24 p.105-119, 2011.